

A identificação como dispositivo da constituição do sujeito na família

Maria Consuêlo Passos
Pia Maria Polak

RESUMO

Com o propósito de buscar a compreensão do sujeito e dos espaços que o constituem, a família tem sido objeto de análises as quais, muitas vezes, decretam sua falência como lugar de constituição da subjetividade. Pelo presente texto, procura-se discutir alguns indicadores relativos à constituição do sujeito no espaço da família, os quais permitem afirmar, do ponto de vista da psicanálise, que o processo de subjetivação se desenrola, primariamente, no espaço intrapsíquico da família, e tem como um de seus elementos fundamentais a identificação. O grupo familiar, portanto, não deve ser tomado como estático. Dinâmico, sua transformação permanente traz novos padrões de funcionamento e de criação, pelos sujeitos, de novos núcleos relacionais, bastante distintos daqueles marcados pela hegemonia patriarcal.

PALAVRAS-CHAVE

Constituição do sujeito
Identificação
Família
Psicanálise

Maria Consuêlo Passos
Professora da PUC-SP e da Universidade São Marcos. Doutora em Psicologia Social, faz pesquisas sobre família.
Rua Manoel da Nóbrega, 1240/172A – Paraíso 04001-004 São Paulo, SP
mcpassos@uol.com.br

Pia Maria Polak
Psicóloga clínica, mestre em Psicologia pela Universidade São Marcos.
pia.maria@uol.com.br

Introdução

Cada vez mais proliferam, na sociedade atual, fragmentada e egocentrada, demandas relativas à compreensão do sujeito e dos espaços que o constituem. Ao mesmo tempo em que geram debates importantes, produzem também análises que, muitas vezes, decretam a falência e até mesmo a morte da família. Pois bem: cremos que tais decretos se baseiam em avaliações parciais, que interpretam as novas formas de organização familiar como subversões capazes de gerar a destituição da família como lugar de acolhimento e formação das subjetividades. Essas projeções não levam em conta o fato de que as novas configurações do grupo familiar, ao contrário de significar a falência deste, revelam seu vigor, uma vez que permitem a reinvenção permanente de seus padrões de funcionamento, e a criação, pelos sujeitos, de novos núcleos relacionais, bem distintos daqueles fundados sob a marca da hegemonia patriarcal.

Um bom exemplo dessas demandas é aquele oferecido pelos homossexuais, que vêm reivindicando legitimidade para a constituição de núcleos familiares nos quais possam exercer o direito, que a sociedade por muito tempo lhes negou, de conceber filhos e experienciar, como sujeitos, a continuidade de si, por meio de um outro (o filho).

As reflexões que se seguem pretendem discutir alguns indicadores para pensarmos a constituição do sujeito no espaço da família, indicadores esses que nos permitam afirmar, com base na psicanálise, que o processo de subjetivação se desenrola, primariamente, no espaço intrapsíquico do grupo familiar.

O aparelho psíquico familiar e a emergência do sujeito

Tornou-se incontestável hoje a existência de um psiquismo familiar, formado a partir de um jogo de reflexos que envolvem conteúdos intrapsíquicos de cada membro individual do grupo. Sua função central seria promover o partilhamento inconsciente pelos membros do grupo, de modo a organizar um funcionamento intersubjetivo e um sentido para o “estar jun-

to”. O psiquismo familiar pressupõe investimentos libidinais entre os sujeitos do grupo e, evidentemente, uma psicodinâmica dos vínculos, responsável, entre outras coisas, pela criação dos lugares, posições e, principalmente, pelas funções exercidas no espaço intersíquico.

O aparelho psíquico familiar deve conter e metabolizar as angústias arcaicas do recém-nascido, de modo a lhe permitir a constituição de seu mundo interno. Também cabe ao psiquismo da família possibilitar a transformação das experiências sensoriais do bebê em vivências psíquicas próprias. Estas vão, progressivamente, se inter-relacionando e sendo representadas no interior do ego em constante diferenciação do bebê.

A partir desses princípios gerais, os estudos que focalizam a relação família-sujeito delineiam um terreno em que alguns indicadores se apresentam como parte do processamento psíquico inerente à formação do sujeito na família. A questão da identificação tem sido apontada como central nesse processamento, na medida que se constitui como dispositivo necessário à formação dos vínculos entre os membros do grupo familiar. Além disso, ela funciona como importante fundamento para a transmissão psíquica entre as gerações, que se organiza, sobretudo, no espaço intersíquico do grupo familiar. A seguir, vamos tratar sucintamente de alguns indicadores de subjetivação que têm a identificação como princípio.

A criança e as primeiras identificações

Conforme explicitado por Freud em *Psicologia de grupo e análise do ego* (1921), a identificação compõe a forma mais primitiva de se expressar vínculo emocional com outra pessoa, desempenhando importante função na história primitiva do Complexo de Édipo, já que prepara o caminho para este.

Ao mesmo tempo que o menino toma o pai como modelo, quer ser como ele e quer tomar seu lugar em tudo, começa a desenvolver uma catexia de objeto sexual em relação à mãe, apresentando assim dois laços psicologicamente distintos que subsistem paralelamente, sem conflito, por algum tempo. Existe, de um lado, a catexia direta de objeto sexual com a

mãe e, de outro, a identificação com o pai como ideal. Entretanto, com o desenrolar da estruturação psíquica, esses dois laços se reúnem e sua convergência resulta no Complexo de Édipo, de modo que o menino começa a perceber o pai como um obstáculo entre ele e a mãe, passando sua identificação com o pai a ter conotação hostil, pois deseja substituí-lo também junto à mãe. Isso significa que a identificação é ambivalente desde o início, uma vez que expressa com facilidade tanto a ternura quanto o afastamento.

No caso do menino, pode ocorrer a inversão do Complexo de Édipo, caso em que o pai pode ser tomado como objeto de uma atitude feminina, objeto no qual os instintos sexuais buscam satisfação. Isso nos permite apreender que a identificação primária, além de ser uma preparação para o Édipo, precede qualquer catexia objetal e, portanto, constitui fator fundamental para as identificações posteriores.

Freud faz distinção entre a identificação com o pai e a escolha deste como objeto sexual. No primeiro caso, o pai é aquele que se gostaria de ser; no segundo, o que se gostaria de ter, isto é, a distinção depende de o vínculo, ou laço, se ligar ao sujeito ou ao objeto do ego. O primeiro tipo de ligação (identificação) é passível de existir antes de qualquer escolha sexual de objeto. Na identificação há um empenho em moldar o próprio ego de acordo com a característica do indivíduo que foi tomado como modelo.

Ao considerar as identificações objetais do ego, em *O ego e o id* (1923a), Freud acredita na possibilidade de ele se dividir, na medida que ocorrem diversas identificações que, devido às resistências, não se integram entre si, o que constitui um problema, não necessariamente gerador de patologia.

Ainda nesse texto, Freud afirma que, seja qual for o funcionamento do ego quanto às influências das catexias libidinais de objeto abandonadas, “os efeitos das primeiras identificações efetuadas na mais primitiva infância serão gerais e duradouras” (1923a, p.45). No início, na fase oral primitiva do indivíduo, a catexia objetal e a identificação não são passíveis de distinção, sendo possível supor, de acordo com Freud, que as catexias de objeto se originam no id, o qual sente as tendências eróticas como necessidades. O

ego, instância psíquica ainda rudimentar nesta fase, ao realizar as catexias de objeto, submete-se a elas ou tenta desviá-las por meio da repressão.

O autor considera a identificação com os pais em sua própria pré-história pessoal como a primeira e a mais importante das identificações, o que não seria conseqüência ou resultado de qualquer catexia de objeto, mas sim uma identificação direta e imediata que precede qualquer catexia de objeto.

Ainda de acordo com as premissas freudianas, o processo de identificação é base de um assunto complexo, cuja dificuldade reside em dois fatores: o caráter triangular da situação edípica e a bissexualidade constitucional de cada indivíduo. Por força da bissexualidade, ele aconselha que seja presumida a existência do Complexo de Édipo completo, que encerra quatro tendências. A prática analítica demonstra, segundo Freud, que, num certo número de casos, um ou outro dos constituintes quase desaparece. O resultado daí decorrente consiste numa série com o Complexo de Édipo positivo normal numa extremidade, e o negativo invertido na outra, enquanto que seus membros intermediários apresentam a forma completa, com a prevalência de um ou outro de seus dois componentes. Quando da dissolução do Édipo, as quatro tendências se agrupam de modo a produzir uma identificação paterna e uma identificação materna. Em qualquer indivíduo, a intensidade relativa das duas identificações é que refletirá a predominância de uma ou outra das disposições sexuais.

Assim, à medida que o sujeito vai se constituindo, a diferenciação sexual é processada psiquicamente, em direção à escolha de objeto. Isso se dá por meio dos movimentos identificatórios e contra-identificatórios nos níveis simbólico, imaginário e fantasmático, cujo resultado está vinculado, em maior ou menor proporção, aos investimentos libidinais presentes nesse processo.

O sujeito e a identidade sexual

Diretamente relacionado à identificação e, de certo modo decorrente desta, está o processo de constituição da identidade sexual. Em seus escritos, Freud trata desse aspecto como primordial à subjetivação e, particularmente em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), mostra como

os conceitos de masculino e feminino, num primeiro momento, são usados no sentido biológico, como se fossem conseqüências naturais da conformação anatômica do sujeito. Em outro momento, tais conceitos são associados às características de atividade e passividade, assumindo-se que a primeira seja pertinente ao sexo masculino e a segunda, ao sexo feminino, o que deve estar relacionado ao caráter falocêntrico da teoria freudiana.

Embora esse caráter se revele em sua obra, podemos dizer que Freud já inferia que a apreensão de gênero antecede a diferenciação sexual anatômica e, ainda que o sexo biológico e o gênero sejam coincidentes na maioria das vezes, o sexo anatômico não determina, ou assegura, *a priori*, o gênero.

Para McDougall (1997, 1999), a partir da bissexualidade original, a criança precisa renunciar aos desejos bissexuais da infância, o que significa que ela precisa se identificar como pertencente ao sexo masculino ou feminino, em paralelo ao conflito edípico. Para a autora, a realização de cada uma das duas identidades fundamentais do indivíduo, ou seja, a identidade de gênero e a identidade sexual, não acontecem por transmissão hereditária, mas pelas “representações psíquicas transmitidas” primeiramente pelo discurso dos pais e pelo inconsciente biparental e, posteriormente, pelo discurso sociocultural do casal parental. Na visão da autora:

“Acima e além da interpretação que as crianças fazem das comunicações de seus pais, assim como de seus impressionantes silêncios, estão as poderosas identificações e operações defensivas que elas constroem em relação àquilo que compreendem acerca dos conflitos sexuais dos desejos eróticos inconscientes dos pais, bem como do papel que secretamente são solicitados a representar aí.” (1997, p.193)

De acordo com esse ponto de vista, aquilo que é solicitado inconscientemente pelos pais pode contradizer o que é comunicado conscientemente, de modo a gerar conflito na mente da criança. Assim, as “escolhas” objetais representam as melhores “soluções” encontradas pela criança frente às comunicações contraditórias das figuras parentais no que respeita à sexualidade. Essas soluções, que tendem a ser permanentes, são vivenciadas pela

criança ou pelo adolescente como uma revelação de sua forma de expressão da sexualidade (McDougall, 1999).

Ceccarelli (1999) compartilha as idéias de McDougall, ao considerar que a inscrição simbólica do indivíduo como homem ou mulher depende de fatores determinantes, anteriores a seu nascimento. Em outros termos, se o sujeito se constitui como desejo do outro, a força do imaginário biparental, bem como o lugar que o sujeito ocupa na economia libidinal da família, são os fatores decisivos para que o bebê se inscreva no simbólico como homem ou mulher. Para Ceccarelli, é a partir daí que a criança terá acesso às referências identificatórias do masculino e do feminino, primeiramente vindos da mãe, ou de quem a substitui, e posteriormente por meio do grupo primário.

Em *A construção da masculinidade* (1998), esse mesmo autor ressalta a importância da relação do indivíduo com o pai real, ou com seu substituto, como decisiva para o acesso às representações simbólicas do masculino e ao modo como o indivíduo vivenciará sua masculinidade. Ceccarelli escreve:

[...] é no encontro com o pai, seja qual for o registro em que este se encontre — por meio dos avatares dos processos identificatórios do filho, dos investimentos do pai em relação ao filho, das particularidades do sistema social no qual o sujeito se encontra inserido — que se deve procurar compreender a constituição da masculinidade, bem como suas diferenças ‘qualitativas’. ” (1998, p.55)

Em *O futuro de uma ilusão* (1927), Freud afirma que compete ao pai a tarefa, inicialmente cumprida pela mãe, de proteger a criança dos perigos e ameaças do mundo externo. O pai protetor, o herói e “grande homem” da infância — admirado, às vezes ao extremo, mas igualmente temido, talvez pela relação anterior da criança com a mãe — deixa suas marcas por meio do “anseio pelo pai” (Freud, 1927-1939), ou da “nostalgia do pai”, como quer Ceccarelli (1998-2001). Tais sentimentos refletem a necessidade de proteção associada ao desamparo humano. Esse pai protetor é o mesmo que irá delimitar e direcionar o desejo do filho por meio da ameaça de castração.

A título de síntese, pode-se afirmar que o movimento identificatório com o

pai facilita a estruturação de uma castração simbólica, por meio da qual será possível a referência ao masculino e ao feminino, no que diz respeito ao destino sexual do ser humano.

Consideramos, portanto, que a formação da identidade sexual está subordinada às representações psíquicas transmitidas pelo discurso dos pais, assim como pela transmissão oriunda do inconsciente biparental, ao qual são agregados posteriormente os conceitos do discurso sociocultural dos pais. Trataremos agora de certas considerações a respeito das transmissões geracionais como fundamentos do processo de subjetivação na família, cuja dinâmica depende, em grande medida, das identificações.

Sobre as transmissões entre as gerações

Os estudos sobre a transmissão psíquica se fundam na articulação entre as perspectivas estruturais da família, ou seja: por um lado, a dimensão intragrupal (atual) definida pelo grupo (pais/crianças) e, por outro, a dimensão geracional (histórica). Nesse sentido, a história familiar precedente servirá de base para que o indivíduo retire dela material necessário às suas fundações narcísicas, como vetores da subjetividade. Nesse processo, ele recebe não só uma herança intergeracional — organizada por meio de vivências psíquicas elaboradas, tais como fantasias, imagens e identificações que se fundam em uma história familiar —, como também uma herança transgeracional, que consiste de elementos brutos, provenientes de vivências traumáticas, de não-ditos (segredos) e de lutos não elaborados. Justamente pela falta de elaboração em gerações anteriores é que esses elementos reaparecem assimilados pelos sujeitos de uma geração atual.

Em *Totem e tabu* (1912-1913), Freud aponta duas formas de transmissão do psiquismo entre gerações. A primeira delas consiste na identificação com os modelos parentais, cujo processo está ligado à história do indivíduo. A segunda forma é a transmissão genérica, caracterizada por traços mnemônicos de relações com as gerações precedentes, sendo que seu processo se refere à pré-história do indivíduo.

Em seus estudos, René Kaës retoma algumas noções freudianas e expande o debate sobre a transmissão, revelando a importância dos investimentos e dos discursos de antecipação dos pais. Segundo René,

“[...] o infante é o depositário, o servidor e o herdeiro dos sonhos e dos desejos não realizados dos pais, ele é quem dará lugar e sentido a essas predisposições que o precedem, que o violentam, mas que são as condições de sua concepção propriamente psíquica”. (1998, p.7)

Dessa forma, cada uma das figuras parentais traz seus desejos inspirados na representação de seus respectivos antepassados, e esses desejos são projetados no filho que, por sua vez, encontra nos pais um modelo de identificação. Para Kaës, aquilo que permanece no inconsciente dos pais como a falta, a doença, a vergonha, o reprimido (objetos perdidos ainda não elaborados), é que são preferencialmente transmitidos, projetados e depositados no outro e em mais de um outro. Porém, não é só o negativo que é transmitido, também o são os conteúdos narcísicos e os vínculos intersubjetivos, de forma a assegurar sua manutenção e continuidade, bem como mecanismos de defesa, identificações, dúvidas e certezas.

De acordo com o ponto de vista do autor, a transmissão desses conteúdos se faz por meio das alianças inconscientes, e são essas alianças que possibilitam a criação do vínculo. Dessa forma, no espaço intersíquico do grupo familiar, é preciso ressaltar toda a economia e dinâmica dos vínculos que, em última análise, sustentam a transmissão de conteúdos inconscientes dos pais.

Para discutir o que é veiculado, ou o que transita entre os psiquismos, Eiguer propõe que o objeto de transmissão se defina como

“um ancestral, um avô (antepassado) ou um outro parente direto ou colateral de gerações anteriores, que suscita fantasias, provoca identificações, intervém na constituição de instâncias psíquicas em um ou em vários membros da família.” (1998, p.26)

Assim, de acordo com Eiguer, quando ocorre um desinvestimento materno, ou uma queda do interesse libidinal da mãe, seja por motivo de luto, vergonha, ou culpa, nasce na criança um espaço de não-representação. Con-

tudo, o irrepresentável nunca é absoluto, porque a mãe segue buscando, segue atraída pelo objeto, uma vez que ela possui algum registro mnemônico, anterior ao desinvestimento, ou ainda porque há uma atuação daquilo que é negado, mas continua presente de algum modo.

Todos esses indícios revelados pelos estudiosos da transmissão psíquica nos permitem verificar a complexidade envolvida no processo de subjetivação, o qual depende, em grande medida, do psiquismo familiar, não apenas em sua formação atual, mas também na formação de sua cadeia ancestral.

Conclusão

Esta breve apresentação sobre a constituição do sujeito na família ressalta apenas o processo de identificação como um guia fundamental desse complexo de elementos que concebe o sujeito da psicanálise como enredado numa cadeia na qual a família é a matriz. O texto traz, portanto, a perspectiva de sugerir ao leitor que prossiga sua investigação, direcionando seu foco de análise em direção à família que, cada vez mais, revela subsídios necessários à compreensão do sujeito em suas facetas contemporâneas. A esses leitores sugerimos ainda que não tomar a família como um grupo estático, mas como uma cadeia cuja metamorfose permanente exige, do sujeito, a expressão de suas faces distintas e, às vezes, paradoxais.

Referências

- CAREL, André. A posteridade da geração. In EIGUER, Alberto *et al.* *A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica*. Trad. Lúcia Helena Siqueira Barbosa. São Paulo: Unimarco Editora, 1998.
- CECCARELLI, Paulo Roberto. A construção da masculinidade. *Revista Percursos*, São Paulo, v.19, 1998.
- A sedução do pai. *Revista Grifos*, Belo Horizonte, Instituto de Estudos Psicanalíticos, n.18, 2001.
- EIGUER, Alberto. A parte maldita da herança. In EIGUER, A. *et al.* *A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica*. Trad. Lúcia Helena Siqueira Barbosa. São Paulo: Unimarco Editora, 1998.
- FREUD, Sigmund. (1905) *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. In Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- (1912-1913) *Totem e tabu*. In Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- (1923a) *O ego e o id*. In Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- (1927) *O futuro de uma ilusão*. In Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- KÄES, René. Os dispositivos psicanalíticos e as incidências da geração. In: EIGUER, A. *et al.* *A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica*. Trad. Lúcia Helena Siqueira Barbosa. São Paulo: Unimarco Editora, 1998.
- McDOUGALL, Joyce. *As múltiplas faces de Eros: uma exploração psicanalítica da sexualidade humana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- Teoria sexual e psicanálise. In CECCARELLI, P.R. *et al.* *Diferenças sexuais*. São Paulo: Escuta, 1999.

The identification as structural system of the subject in the family

ABSTRACT

Aiming at understanding the subject as such and the spaces where he is constituted, the family has been object of analyses which, many times, proclaim its ruin as far as a place of subjectivity constitution is concerned. The objective of this text is to discuss, from the psychoanalysis point-of-view, some indicators as regards the subject constitution inside the family group, which allow us to state that this process develops primarily through the family intrapsychical space and the identification is one of the essential elements involved in this process. Therefore, the family group rather than being considered as static should be taken as a dynamic group, whose permanent move reveals new patterns of functioning demanding from the subject the creation of new relationship nucleus, fully different from those marked by the patriarchal hegemony.

KEY WORDS: Subject constitution; identification; family; psychoanalysis.

Recebido em 11/09/2004